



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

REQUERIMENTO Nº 269/2023

Inserção no Arquivos Históricos a série de matérias e mini documentários publicadas pela EPTV1 em parceria com o G1, iniciada em 23 de março de 2023, intitulada "A História Comprovada"

Requeiro, observado o artigo 211-A do Regimento Interno, que fique constando no Arquivo Histórico desta Casa de Leis a série de matérias e mini documentários intitulados "a História Comprovada" iniciada em 23 de março de 2023, produzida e veiculada pela EPTV em parceria com o Portal de Notícias G1 e produzida pelos jornalistas Fernanda Ribeiro e Rafael Castro do EPTV1

Ressaltamos a importância do material e de sua relevância histórica para a cidade de Araraquara e do Brasil por mostrar registros em documentos oficiais do período escravocrata de Araraquara. Reitero que tais documentos expostos no livro de mesmo nome dará subsídio a historiadores interessando em pesquisar a fundo esse período no Brasil e poderá ser um desencadeador da busca de documentos em cartórios de todo o Brasil. O mini documentário e reportagem podem ser acessados no portal de notícias a seguir:

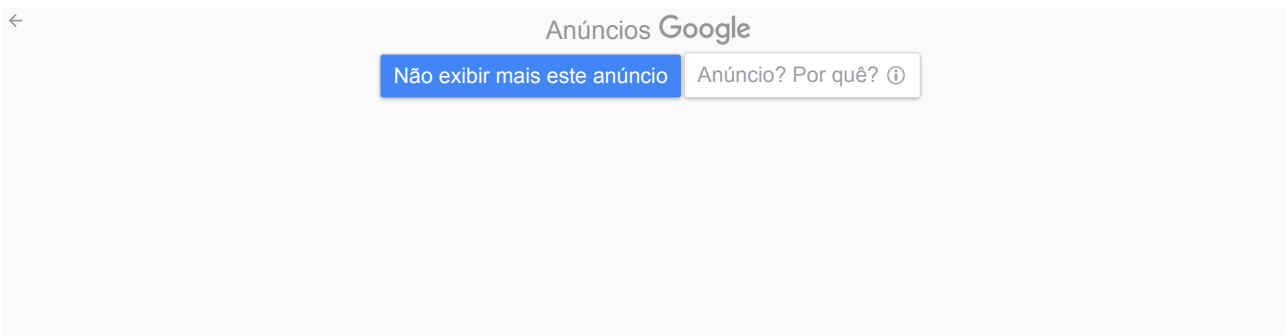
"<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/03/23/documentos-ineditos-da-escravidao-que-deveriam-ter-sido-queimados-sao-recuperados-apos-mais-de-130-anos-em-araraquara.ghtml>"

Peço também que dê-se conhecimento desta deliberação ao EPTV, G1 e aos jornalistas Fernanda Ribeiro e Rafael Castro.

Sala de Sessões "Plínio de Carvalho", 10 de abril de 2023.

GUILHERME BIANCO

PROTOCOLO 3415/2023 - 10/04/2023 14:21

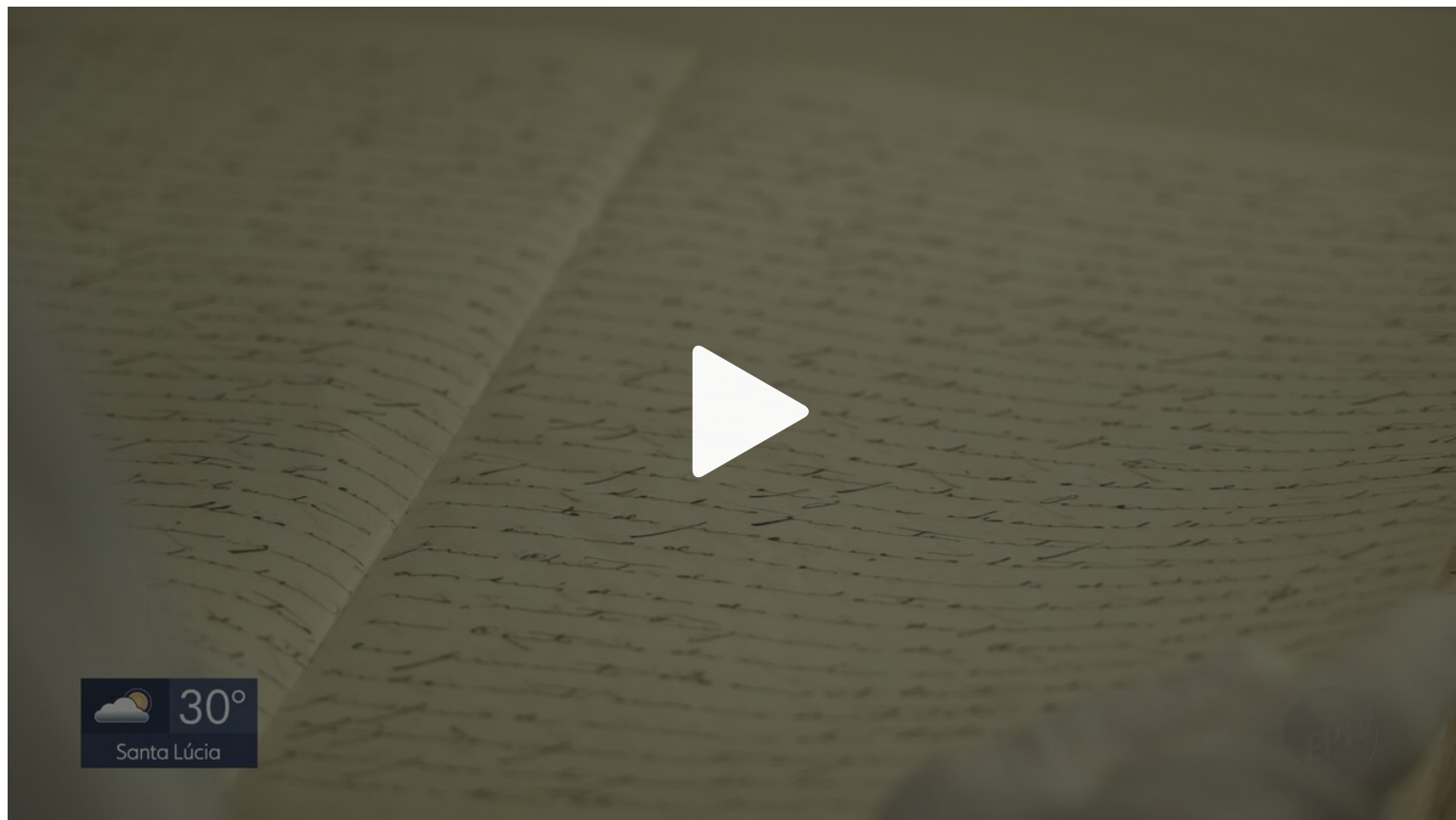


Documentos inéditos da escravidão que deveriam ter sido queimados são recuperados após mais de 130 anos em Araraquara

Contabilidade de compra e venda de homens, mulheres e crianças está em 500 páginas. Série 'A História Comprovada' do EPTV1, em parceria com o g1, conta a história desse material.

Por **Fernanda Ribeiro e Rafael Castro**, EPTV1

23/03/2023 12h46 · Atualizado há uma semana



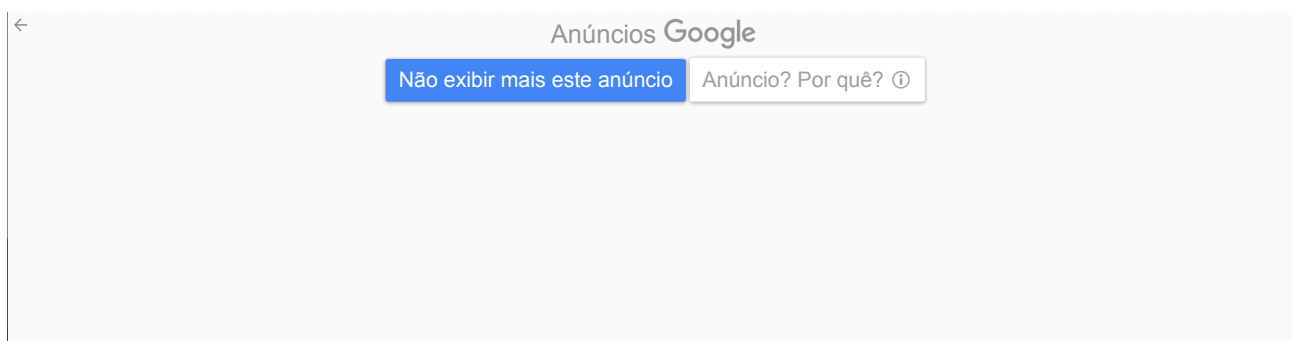
Documentos encontrados em Araraquara compravam a compra e venda de escravizados

Maria, Francisco e Rosa. Mãe, pai e filha praticamente recém-nascida. Uma família como qualquer outra, mas que teve a infelicidade de viver numa época sombria. Os três foram negociados como mercadoria, vendidos no dia 12 de janeiro de 1874, em **Araraquara (SP)**.

Ainda em janeiro daquele ano, uma mulher chamada Claudina concedeu liberdade a sua escrava Maria, então com 35 anos. Detalhe: a liberdade era **apenas condicional**.

A Maria seria uma pessoa livre somente depois da morte da Dona Claudina, "devendo sempre acompanhá-la, cuja liberdade faz-lhe sem remuneração pelos seus bons serviços que se tem prestado ao longo expresso de 25 anos". Ou seja, Maria, na verdade, tinha apenas a promessa de liberdade e, na prática, ela continuaria escravizada **até a morte de sua senhora**.

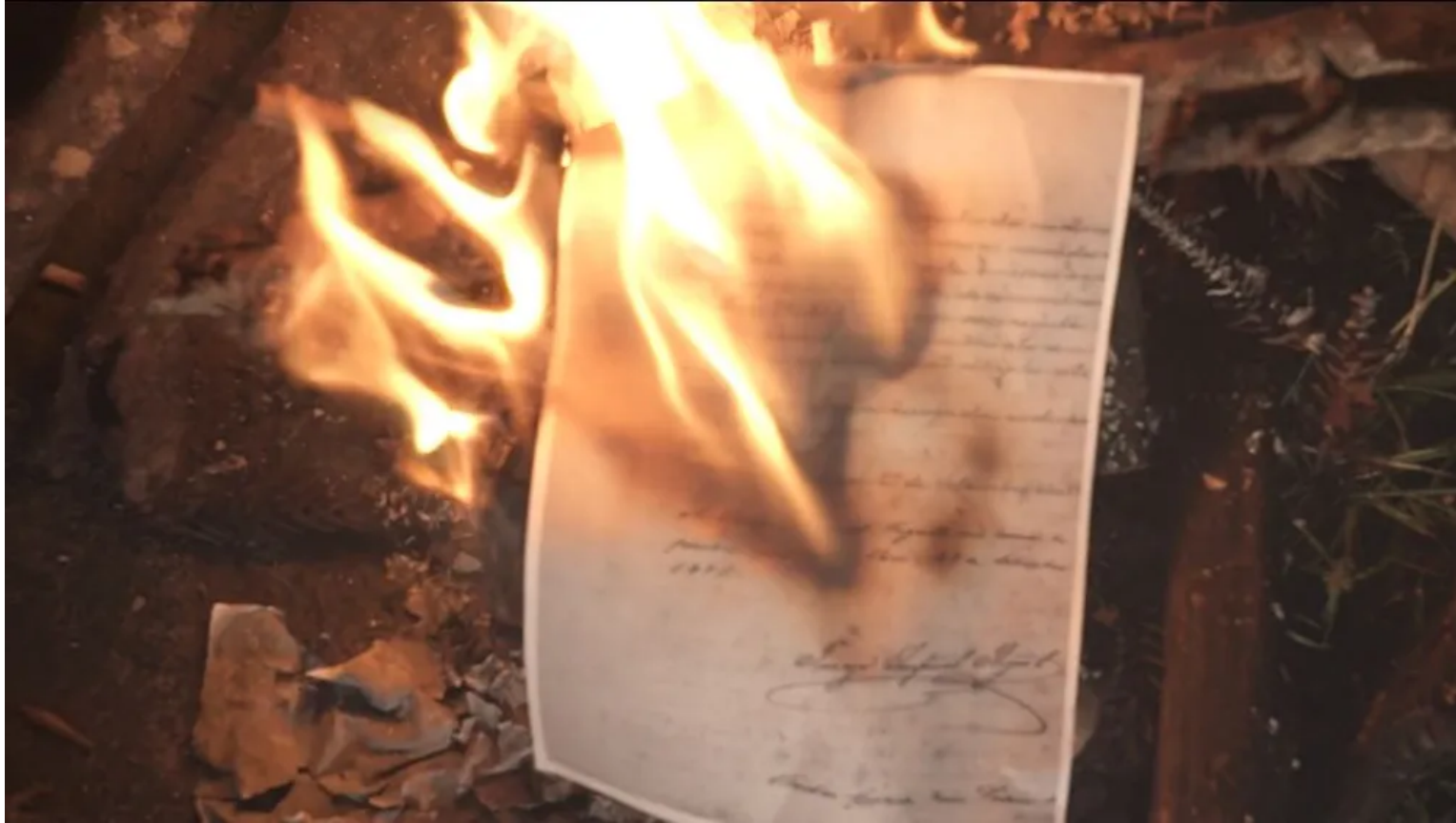
CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



- **Compartilhe no WhatsApp**
- **Compartilhe no Telegram**

Os detalhes dessas e outras histórias **ficaram guardadas por mais de um século**. Estão retratadas em escrituras de compra e venda de escravizados entre os anos de 1870 e 1887 que foram recuperadas em um cartório do município. São cerca de 500 páginas originais divididas em cinco livros de uma contabilidade bizarra.

Nesta quinta-feira (23), o **EPTV1**, em parceria com o **g1**, iniciou a série de reportagens '**A História Comprovada**', que fala sobre esses documentos, que deveriam ter sido queimados em 1890, por determinação do então ministro da Fazenda Rui Barbosa. (*entenda abaixo*). Um livro sobre o tema será lançado na sexta-feira (24), no Sesc Araraquara.



Registros de compra e venda de escravos em Araraquara foram salvos da destruição imposta pelo governo após a Lei Áurea — Foto: Reprodução EPTV

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O g1 também reúne trechos inéditos de entrevistas feitas para a série. *(confira todos abaixo)*.

LEIA TAMBÉM: '

- **A História Comprovada': cartório registrou 208 transações de venda de escravos durante 17 anos em Araraquara; veja dados raros**
- **VIDEOCAST: ativista e cientista social falam sobre recuperação de documentos da escravidão em Araraquara; assista a íntegra**

Achado valoroso

As escrituras de compra e venda de negros **só foram divulgadas graças a uma iniciativa de pesquisadores, advogados, autoridades e integrantes de movimentos antirracistas** da cidade que conseguiram na Justiça o acesso aos dados.

Com a quebra do sigilo, foi possível descobrir detalhes de um dos capítulos mais cruéis da história do Brasil, vivenciada em Araraquara.

A escrita da época dificulta a leitura, não apenas pelas regras gramaticais que imperavam na época, muito diferentes da ortografia moderna, mas também pela letra cursiva extremamente rebuscada e arcaica. Um achado sem precedentes, segundo o professor e pesquisador da Unesp em Araraquara, Dagoberto José Fonseca **(veja vídeo abaixo)**.





Aqui tem gente. Aqui tem vida. Aqui tem Unimed.

O maior sistema cooperativo de médicos do mundo está aqui.

Unimed



Grupo encontra documentos sobre escravizados em cartório de Araraquara

As páginas que escancaram o comércio de pessoas. Nos documentos que a **EPTV**, afiliada da TV Globo e o **g1** tiveram acesso, encontram-se, ao todo, a negociação de:

- **86 homens**
- **73 mulheres**
- **51 adolescentes**
- **59 crianças**
- **28 ingênuos (entenda abaixo quem são eles)**
- **32 pessoas que não tiveram idade declarada**

COMPRE AGORA

LACTA
CADA PEDACINHO APROXIMA

Às vezes, a negociação era feita em grandes lotes. Foi o que aconteceu no dia 31 de março de 1873. De uma única vez foram negociados 11 pessoas:

- Vicente, preto, 50 anos
- Raphael, preto, 6 anos
- Francisco, preto, 45 anos
- Apolinário, preto, 28 anos
- Damião, preto, 14 anos
- Bárbara, preta, 35 anos
- João, preto, 30 anos
- Theodora, preta, 30 anos
- Barbara, preta, 3 anos
- José, 2 anos
- Clemente, cor preta, oito meses.

Quem são os ingênuos?

Ingênuo é um termo jurídico da época que nada tem de ingenuidade, pelo menos da parte dos senhores de escravizados.

Os documentos inéditos, descobertos em Araraquara revelaram escrituras a partir do ano de 1870 até um pouco antes da assinatura da Lei Áurea (extinção da escravidão). Ocorre que antes da Princesa Isabel sacar a pena de ouro e assinar uma das leis mais importantes do país, outra lei entrou passou a valer: a Lei do Ventre Livre.

A partir de 28 de setembro de 1871 **não nasceria mais nenhum escravizado em solo brasileiro**. Isso, na teoria. Na prática, as crianças nascidas a partir da data da Lei do Ventre Livre recebiam o estigma de **ingênuas**, ou seja, **não podiam ser compradas ou vendidas**.

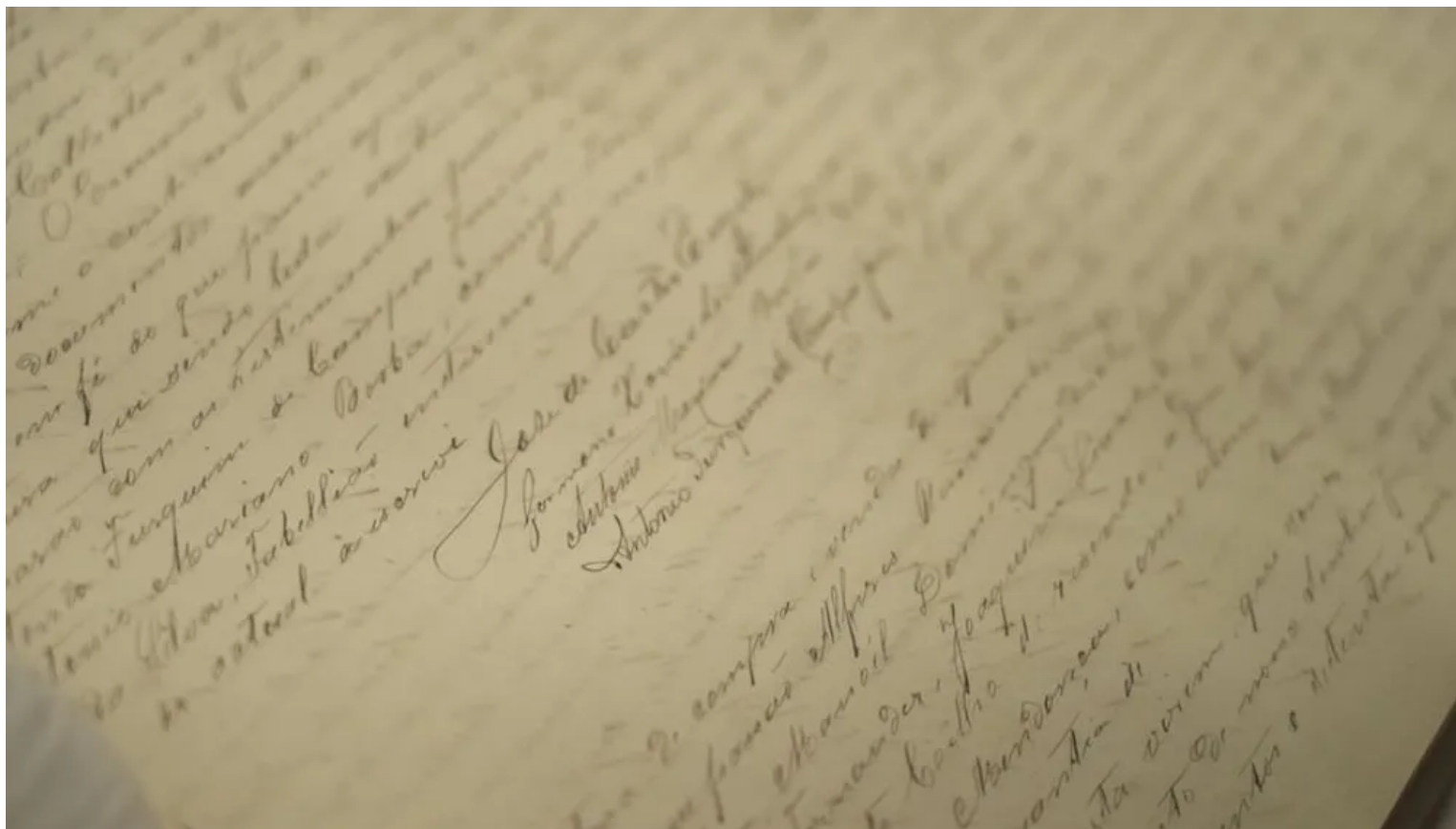
CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

← Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio Anúncio? Por quê? ⓘ

Essas crianças, porém, **acompanhavam as mães quando estas eram negociadas**. A partir daí o senhor tinha duas opções: poderia cuidar dos menores até os oito anos de idade e receber uma indenização do governo, ou então, ficava com a criança até que se tornasse um adulto com 21 anos (que deveria, claro, trabalhar de graça) e só então concederia a alforria.

A fogueira de Rui Barbosa



Livros com registros de compra e venda de escravos são recuperados em Araraquara — Foto: Reprodução EPTV

Em mais de três séculos de escravidão, cerca de quatro milhões de pessoas foram traficadas para o Brasil, muitas foram trazidas para o interior paulista e obrigadas a trabalhar na agricultura, na pecuária e nos serviços domésticos.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

←

Anúncios Google

[Não exibir mais este anúncio](#) [Anúncio? Por quê? ⓘ](#)

Logo após a abolição da escravatura, o governo brasileiro resolveu apagar qualquer registro relacionado a esse período.

Um despacho de 1890, que teria sido assinado pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa, **determinou a queima e a destruição imediata dos documentos referentes ao regime escravocrata**. Foi a chamada '**Fogueira de Rui Barbosa**'.

O tema é uma polêmica histórica. Há quem defenda que o decreto que determinou a destruição dos registros da escravidão teria mesmo partido de Rui Barbosa. Há ainda uma segunda linha de pensamento contrária, pois o despacho de 14 de dezembro de 1890 só teria sido cumprido em 13 de maio de 1981, quando Rui Barbosa já não mais ocupava o cargo de ministro.

Pelo documento escrito na época, o objetivo era colocar um ponto final num passado nada glorioso.

“Destruir esses vestígios por honra da pátria e em homenagem aos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que a abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira.”

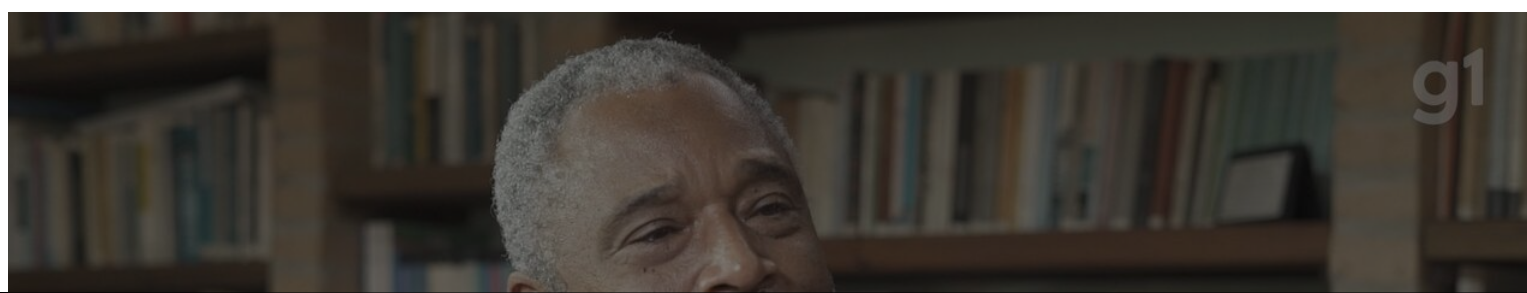


Governo mandou queimar registros de escravos após Lei Áurea

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Para o professor Fonseca, os motivos para queimar os documentos referentes à compra e venda de escravizados passam pela ordem financeira. Se por um lado, queimando os documentos, o Governo não poderia ser estimulado a pagar indenização aos senhores, por outro, os ex-escravizados também não poderiam requerer verbas indenizatórias pela vida na senzala **(veja vídeo acima)**.

Ocorre que nem todos os cartórios - entre eles o de Araraquara - seguiram as ordens do governo e acabaram guardando as escrituras como uma estratégia dos fazendeiros para terem uma garantia de recuperar seus escravos caso houvesse algum problema com a Lei Áurea **(veja vídeo abaixo)**.



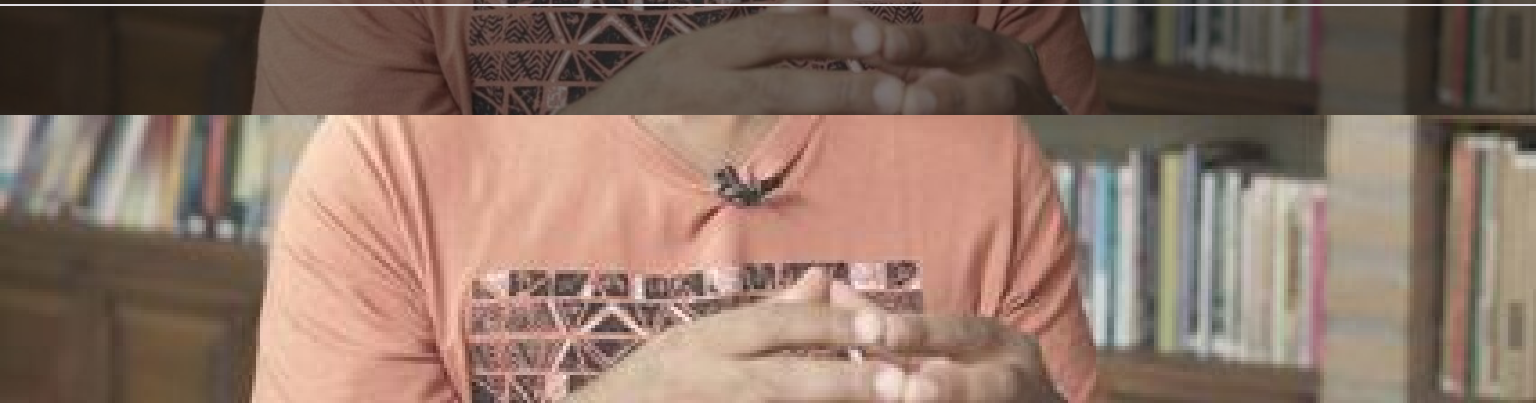


FUSÃO É FERA!
A FERRUGEM E OUTRAS DOENÇAS DO CAFÉ NÃO VÃO MAIS SE METER EM SUA LAVOURA.

- FERA NA VELOCIDADE DE ABSORÇÃO
- FERA NA PERFORMANCE DO COMBATE ÀS DOENÇAS
- FERA NA PRODUTIVIDADE

ATENÇÃO: PRODUTO PERIGOSO DE USO AGRÍCOLA. CONSULTE SEMPRE UM AGRÔNOMO. VENDA SOB RECEITUÁRIO E LEIA O RÓTULO E A BULA.

Fusão EC
IHARA
Agricultura é a nossa vida



Escravos de São Carlos usavam rio Mogi Guaçu como rota de fuga das fazendas da região

Outra história famosas sobre os escravizados da região, que chegou aos dias atuais, é a de Roque José Florêncio, o Pata Seca, conhecido escravo do distrito de Santa Eudóxia, que teria morrido com 130 anos.

A neta de Pata Seca, Madalena Florêncio, conta que ele nasceu em Sorocaba e ganhou o apelido na senzala **(veja vídeo abaixo)**.



Escravo Pata Seca morreu com 130 anos e recebeu apelido em senzala

Pelo que foi passado de geração para geração, o que se sabe é que Pata Seca foi negociado quando ainda era praticamente uma criança, aos 12 anos de idade, para trabalhar em uma fazenda em Santa Eudóxia.

Segundo a certidão de óbito, Pata Seca morreu aos 130 anos em 1958. O número pode ser equivocado, pois como comprovam os documentos descobertos no cartório de Araraquara, eram poucas as informações exatas sobre os negros. As idades não vinham acompanhadas de uma data precisa de nascimento e as pessoas eram desprovidas até de uma identidade que seria garantida por um sobrenome.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Mas além da idade incomum, o trabalho de Pata Seca também fugia do convencional. Ele foi usado como reprodutor e era obrigado a engravidar mulheres para gerar novos cativos. Segundo sua neta, ele teve 249 filhos **(veja vídeo abaixo)**.



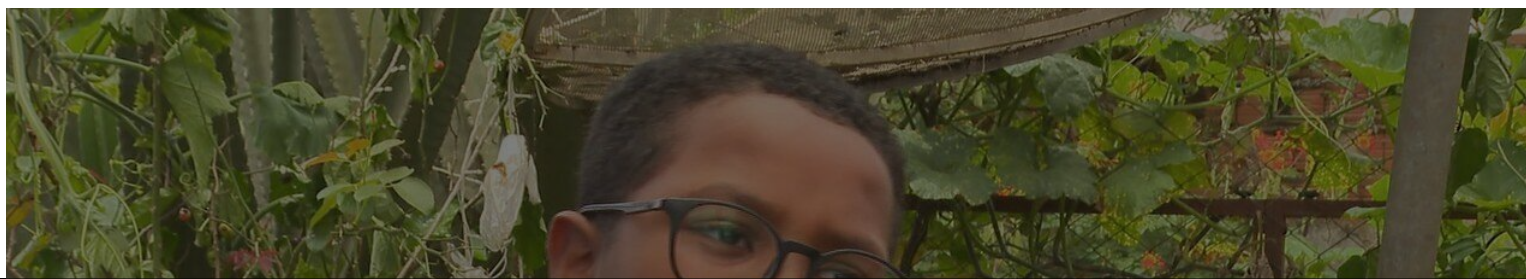
Escravo Pata Seca teve 249 filhos

Logo após a libertação, ele ganhou um pedaço de terra em São Carlos, onde ficou até o fim da vida.

Essa é apenas uma das muitas histórias de seres humanos tratados como mercadorias, como mostram os documentos recém-descobertos em Araraquara.

Memórias que os descendentes de Pata Seca e de muitos outros escravos não irão deixar cair no esquecimento **(veja vídeo abaixo)**.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

ARARAQUARA

SÃO CARLOS - SP

Comentários

Seja o primeiro a comentar!

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

[Clique aqui para fazer login](#)

Veja também